

POVOS INDÍGENAS DO MARAJÓ: OS ANAJÁS

Karina Nunes BATISTA (G-UFPA)
Antônia Fernanda de Souza NOGUEIRA (UFPA)

Resumo

O artigo tem como objetivo compreender sobre os povos e línguas indígenas da Amazônia, tendo como foco principal a Ilha do Marajó. Em busca de informações sobre o assunto, foi consultado como referencial teórico Freire (2003), Pacheco (2010) e Nimuendaju (1944). A metodologia constituiu-se de pesquisas bibliográficas e pesquisa de campo. Foram coletados dados que dizem respeito à origem do nome da cidade. Conforme a entrevista realizada com um morador da cidade, Sr. Alfredo Fernandes de Menezes, pode-se observar que, antes do período colonial existia uma tribo de índios chamados *Anajá* que habitava no centro da ilha Grande do Marajó. Segundo ele, naquela região existiam muitas palmeiras as quais davam um fruto chamado *inajá*, sendo assim o nome *Anajás* originou-se pela junção do nome da tribo com o fruto. Dado o processo violento de proibição e apagamento ao qual foram submetidas as línguas indígenas marajoaras, como a língua Anajá, não há registro de palavras nem classificação da língua Anajá dentre os troncos linguísticos do Brasil.

Palavras-chave: Povos e línguas indígenas da Amazônia. Povos do Marajó. Povo Anajá.

1-INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como finalidade apresentar fatos históricos em relação às línguas e povos indígenas brasileiros e principalmente marajoaras. Inicialmente, apresentarei os principais troncos e famílias linguísticas do território brasileiro. Em seguida apresentaremos informações sobre os povos e línguas marajoaras do século XVI, acentuando a imposição da Língua Geral Amazônica sobre as línguas indígenas faladas em território marajoara. Em seguida, expomos informações sobre memórias indígenas no Marajó, especificamente sobre o povo *Anajá*, através de entrevistas oriundas de pesquisas de campo. Concluiremos citando a proposta do professor Edson Krenak (2015) de se trabalhar o tema da ancestralidade nas escolas. A entrevista com os mais idosos torna-se uma fonte valiosa de fatos históricos não documentados e de reconhecimento da ancestralidade indígena Anajá.

É importante ressaltar que o que apresento aqui não é, porém, algo acabado ou fechado. Apesar disso, em meio aos estudos realizados e através das pesquisas foram encontradas informações relevantes e alguns documentos que levam à melhoria do entendimento do leitor no que diz respeito a esse assunto, que tem pouca visibilidade e quase nenhuma discussão no ambiente educacional marajoara.

2 - TRONCOS, FAMÍLIAS E LÍNGUAS BRASILEIRAS

Segundo o site ISA (Instituto sócioambiental) o conhecimento sobre as línguas indígenas está permanentemente em revisão, pois são poucas as que foram estudadas no Brasil.

Com base em dados do ISA (2015), os linguistas expressam as semelhanças e as diferenças entre as línguas através da ideia de troncos e famílias linguísticas. Alguns dos troncos e famílias linguísticas presentes em território brasileiro são: Tupi, Karib, Aruak, Pano, Tukano, Macro-Jê, entre outros. Os troncos contêm ou englobam famílias linguísticas que, por sua vez, apresentam as línguas indígenas, por exemplo, o tronco Tupí inclui a família Tupi-Guarani, na qual se localiza a língua a Língua Geral Amazônica (oriunda do Tupinambá), observe no gráfico abaixo.

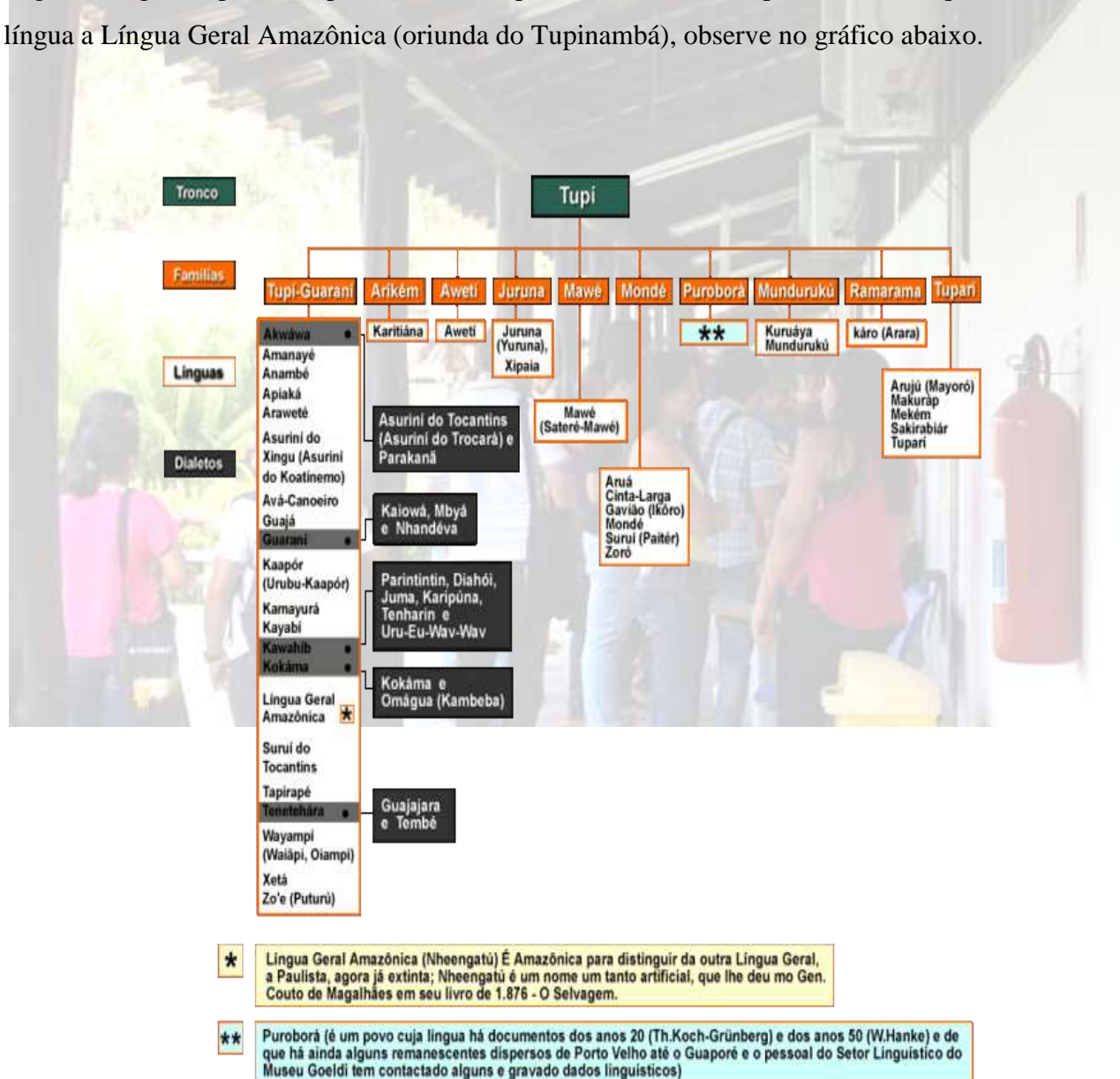


Figura 1: Tronco Tupí (Fonte: Instituto Socioambiental)

Outra referência usada para identificação das línguas e famílias linguísticas faladas em território brasileiro é o Mapa Etno-histórico de Curt Nimuendaju (1944). Sobre a importância do mapa Etno-histórico do Brasil de Nimuendaju (1944), Berta Ribeiro afirma que é “trabalho monumental, reúne todo o conhecimento etnológico disponível, a respeito da localização, filiação linguística e movimentos migratórios de tribos extintas e existentes”. Ribeiro (1982, p. 175) descreve o mapa Etno-histórico do Brasil de Nimuendaju (1944) da seguinte maneira:

contém notações em cores e convenções gráficas para distinguir os 40 troncos linguísticos, três caracteres tipográficos distintos pra identificar os etnônimos indicando sedes atuais e sedes abandonadas de tribos existentes e extintas; a data da documentação bibliográfica concernente a cada uma das 1.400 tribos localizadas; uma seta apontando o rumo da migração, bem como a explicitação da rede hidrográfica e das unidades políticas onde se situam os grupos.

Assim, o mapa indica com cores diferentes famílias linguísticas.

Com relação às línguas do Marajó, observamos que o mapa Etno-Histórico do Brasil de Nimuendaju (1944) classifica a língua do povo Aruã como pertencente à família Aruak (cor azul, ver figura 2). Outros povos localizados no Marajó (e regiões próximas) listados no mapa, como Anajá, Mapuá, Camarapim, não têm suas línguas classificadas em nenhum agrupamento linguístico. Portanto, além da língua Aruã que pertence à família Aruak, não temos informações (dentro desta pesquisa) sobre a classificação da língua Anajá.

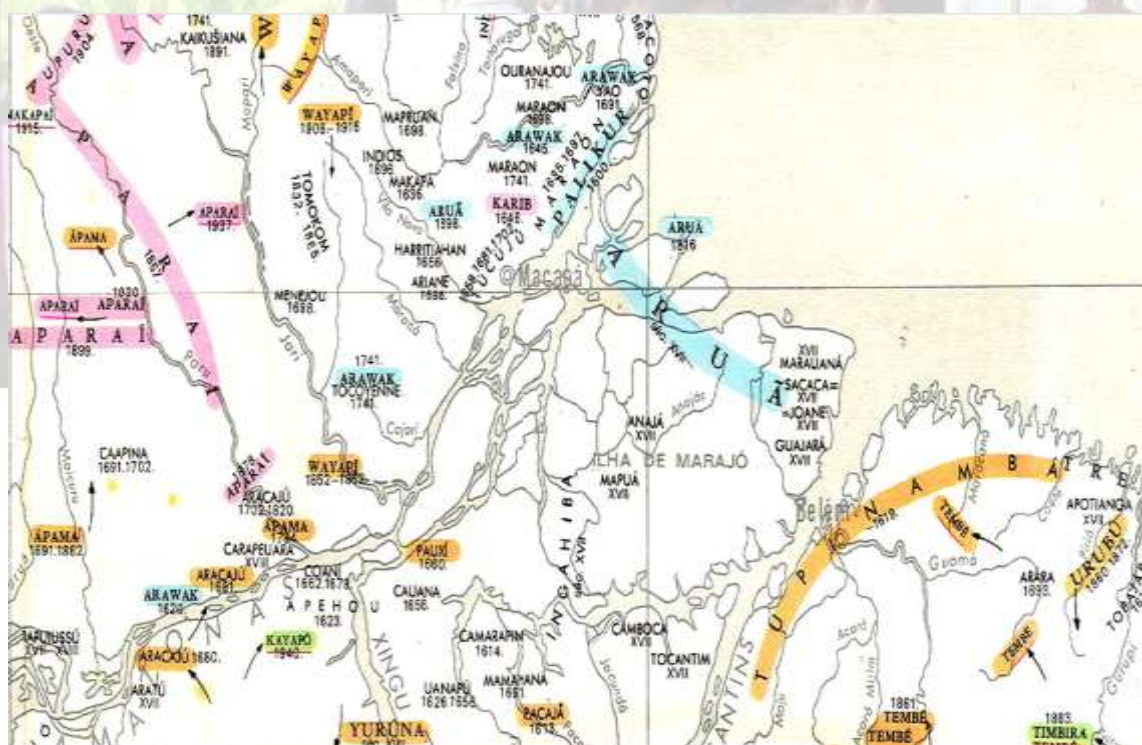


Figura 2: Recorte do mapa Etno-Histórico do Brasil Nimuendaju (1944), destaque o arquipélago do Marajó.

3 - POVOS E LÍNGUAS MARAJOARAS

A primeira língua que os portugueses tiveram contato ao chegarem ao Brasil foi a língua Tupinambá. No entanto, de acordo com Loukotka (1968 apud FREIRE, 2003, p. 44), “no momento do contato com o europeu, aproximadamente 1.500 línguas eram faladas na América do sul, das quais cerca de 718, ou seja, quase a metade o era em território que constitui a atual Amazônia brasileira”. Os colonizadores, para sanar os problemas relacionados ao multilinguismo amazônico, deram início à constituição da Língua Geral Amazônica (LGA).

A denominada LGA começa a constituir-se historicamente quando os primeiros colonos portugueses, que chegaram ao Pará em 1616, se defrontaram - entre as centenas de línguas indígenas da Amazônia - com o *tupinambá*, falado na costa do Salgado até a boca do rio Tocantins. [...] A língua tupinambá acabou, portanto, exercendo a função inicial de língua de comunicação entre os portugueses e os diferentes povos tupis da região, tornando-se ainda, paulatinamente, a língua materna dos mestiços, filhos de pais europeus e mães indígenas. No processo histórico de sua constituição e expansão, essa língua passou a ser conhecida no período colonial como *Língua Geral*, e “foi progressivamente reajustando-se e diferenciando-se do tupinambá falado pelos índios que sobreviveram até meados do século XVIII (Rodrigues: 1996,10)”. (FREIRE, 2003, p. 51-52).

No contexto amazônico, mesmo no século XIX, o português continuava como língua minoritária (RODRIGUES, 1823, p. 50 apud FREIRE, 2003). Segundo o Instituto Socioambiental, A Língua Geral Amazônica é denominada por Couto de Magalhães, no livro *O Selvagem (1876)*, de Nheengatu. Pacheco (2010) descreve como o Nheengatu foi usado como língua de homogeneização e glotocídio. Glotocídio é o termo relacionado à matança de línguas, usado por David Crystal (apud FREIRE, 2014). Dentre as nações localizadas no território marajoara, descritas por Pacheco (2010, p. 18), estão: Aruãns, Sacacas, Marauanás, Caiás, Araris, Anajás, Muanás, Mapuás, Pacajás, entre outras.

Incapazes de entender a multiplicidade de línguas que as nações indígenas falavam, os portugueses negativamente procuraram homogeneizar diferenças entre falas e modos de vida de ancestrais habitantes marajoaras. Em defesa desse modo de comunicação, apesar de defender o uso da língua geral, o Nheengatu, o padre João Daniel escreveu não entender porque se criou aquele sentido de má linguagem, pois quem dela teve conhecimento sabia ser uma das línguas mais perfeitas (Daniel 2004:370). O próprio padre Vieira distinguia o Nheengatu como língua boa e o Nheengaíba como língua má” (PACHECO, 2010, p. 18)

O ensino da Língua Geral Amazônica tornou-se obrigatório nas primeiras escolas implantadas no território amazônico. O sofrimento dos povos marajoaras devido à imposição do uso da Língua Geral Amazônica é relatado em diferentes documentos.

Vários relatos dão conta da resistência de algumas índias que recusavam trocar sua língua materna pela Língua-Geral sendo espancadas pelo missionário, responsável pela escola, com uma palmatória “até lhe inchar as mãos e arrebenatar o sangue”. Depois de testemunhar fatos como esse ocorrido na ilha do Marajó, com uma índia Nheengaíba, o padre João Daniel concluiu: os índios homens migravam com mais facilidade de suas maternas que as mulheres (DANIEL, 1757-1776, p.272 apud FREIRE, 2003, p. 54-55)

4 - MEMÓRIAS INDÍGENAS NO MARAJÓ: OS ANAJÁ

Segundo o site do IBGE (Portal cidades), na região Oeste da ilha do Marajó, viviam índios que eram chamados de Anajás. Catequizada pelos jesuítas, a região é banhada pelo Rio Anajás.

A fim de descobrir mais informações sobre o povo Anajá e sua língua, entrevistamos o senhor Alfredo Fernandes de Menezes, grande conhecedor da história do município. Segundo ele, antes do período colonial existia uma tribo de índios chamados *Anajá* que habitava no centro da ilha Grande do Marajó. Naquela região existiam muitas palmeiras as quais davam um fruto chamado *inajá*, sendo assim o nome *Anajás* originou-se pela junção do nome da tribo com o fruto.

Sobre a língua Anajá, nada foi relatado. Porém, o seguinte relato descreve um aspecto importante da cultura Anajá: o ritual funerário. Segundo os dados coletados da pesquisa de campo com a chegada dos Jesuítas, veio uma judia com intuito de catequizar os índios, mas infelizmente ela veio a adoecer e acabou morrendo e sendo enterrada com todos os seus pertences conforme os costumes daquela época, no cemitério Purus, que fica localizado no igarapé Purus. Nele também foram encontradas várias vasilhas de cerâmicas. (Alfredo Fernandes de Menezes, 2015)

O ritual funerário descrito acima empreendido pelos Anajá é identificado em diferentes grupos indígenas do Brasil. O grupo indígena Yaminawá, localizados na fronteira entre Brasil, Bolívia e Peru (ISA, 2016), em seu funeral, um homem adulto “é preparado com grande requinte, pois o ritual funerário envolve pinturas corporais e corte do cabelo do morto, e o enterro, juntamente com seus pertences, é feito na casa onde morava” (KELLER, 1991 apud RIBEIRO, 2002, p.46)

O entrevistado ainda afirma que, no fundo do rio Mocoões existe um cemitério no qual se encontra uma variedade de ossos de índios, e existe ainda hoje uma localidade em Anajás chamada *Barro Preto* na qual ainda se encontra índios, os quais nunca foram até a cidade.

Atualmente observa-se que, costumes e crenças deixados por esse povo ainda são praticados, sendo que, sem dúvida, ao decorrer dos tempos sofreram algumas modificações. Apresentamos, a seguir, os modos de ser e viver indígenas atualmente presentes em Anajás.

No âmbito da religiosidade, é nítida a prática de benzer crianças (benzedeiras) e a presença de pajés. Plantas tradicionais servem como remédios caseiros, tais como a quebra pedra, boldo, erva cidreira, erva doce, hortelã, copaíba entre outras.

No contexto da caça e da pesca, pega-se peixes utilizando um *arpão* (vara forte com corda e um ferro na ponta) e também se usa o *timbó* que é uma planta da Amazônia a qual tem o poder de adormecer os peixes. Quanto à caça, pega-se animais com a *arapuca* que é feita de galhos de pau amarrados com cipó onde se coloca frutas como isca, deixando uma armadilha para o animal.

Na alimentação, os alimentos feitos com a mandioca são presentes diariamente, como o beiju, o tacacá, o tucupi etc. Os trabalhos em roça são muito frequentes, tais como plantio de batata doce, de mandioca, de milho e a maneira de fazer a famosa farinha de mandioca.

5 - CONCLUSÃO

A Lei 11.645/2008 obriga as instituições de ensino fundamental e médio, públicas e privadas, a trabalharem a história e cultura afro-brasileira e indígena. O professor Edson Krenak¹ (informação verbal) propõe que uma das maneiras de se tratar a temática indígena na escola, é que se discuta o tema da ancestralidade. O autor lança a provocação: Por que não temos de maneira fortalecida esse valor da ancestralidade na cultura brasileira? E, se temos, por que valorizamos somente a ancestralidade europeia?

O genocídio dos povos marajoaras, entre eles os Anajá, foi de extrema violência, não deixando, por exemplo, informações sobre a língua Anajá (glotocídio). Analisando Freire (2003), observamos que a LGA foi imposta aos indígenas marajoaras, então obrigados a deixar de se comunicar nas suas línguas maternas. Percebeu-se no mapa Nimuendaju (1944) que o povo Anajás, localizado na ilha do Marajó, não apresenta documentos que comprovem à qual grupo linguístico esta etnia pertence. São necessárias novas pesquisas para continuar buscando informações sobre o assunto.

¹ Informação verbal fornecida por Edson Krenak em palestra na escola EMEF Desembargador Amorim Lima (São Paulo), no dia 24/10/2015.

A entrevista com os idosos, especialmente parentes, é uma maneira muito importante de entrar em contato com uma história não documentada. Apesar de a entrevista concedida não mencionar a língua Anajá, relata um ritual funerário bastante comum entre os povos indígenas, o enterro em conjunto com os pertences, tal como se observa entre os Yaminawá. Além desta evidência da ancestralidade Anajá, o modo de ser e de viver da geração atual está intimamente ligada com o modo de ser indígena, na religiosidade, na relação com a natureza dentro dos processos de caça e pesca, de trabalho nas roças e na alimentação.

Trata-se de buscar saber muito mais do que o fato de que na ilha do Marajó cidades e rios têm nomes que pertenciam a tribos indígenas destes lugares. Trata-se de buscar saber sobre a ancestralidade de cada marajoara, de cada anajaense.

REFERÊNCIAS

FREIRE, J. R. B. **Brasil perdeu mais de 1.100 línguas em 500 anos**. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/blogdaamazonia/blog/2014/11/23/brasil-perdeu-mais-de-11-mil-linguas-indigenas-em-5-seculos/>. Acesso em 20/05/16.

FREIRE, J.R.B. **Da Língua Geral ao Português: para uma história dos usos sociais das línguas na Amazônia**. 239 f. Tese (Doutorado) – Instituto de letras, UERJ, Rio de Janeiro, 2003.

NIMEMUENDAJU, C **Mapa Etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes**. Belém: Museu paraense Emilio Goldi, 1944. Escola 1: 5.000.000. Disponível em: <http://www.etnolinguistica.org/biblio:nimuendaju-1981-mapa>, Acesso em: 20/05/16.

PACHECO, A. S. A Conquista do ocidente marajoara: índios, portugueses e religiosos em reinvenções históricas. In; SCHAAN, D; MARTINS, C. (Orgs). **Muito Além dos campos: arqueologia e história na Amazônica marajoara**. Belém: GKONORA, 2010.

RIBEIRO, L. **Limpando ossos e expulsando mortos: estudo comparativo de rituais funerários em culturas indígenas brasileiras através de uma revisão bibliográfica**. Dissertação (Mestrado), Centro de Ciências Humanas, UFSC, Florianópolis, 2002.